

O TRABALHO COMO SIGNO DE HOMBRIDADE E BASE PARA A CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE EM CAXIAS NA ÓTICA DO JORNAL *CRUZEIRO* DURANTE O GOVERNO DUTRA (1946-1950)

WORK AS A SIGN OF MANHOOD AND BASIS FOR THE
CONSTRUCTION OF THE OPTICAL CAXIAS MASCULINITY
IN THE NEWSPAPER DURING *CRUZEIRO* THE
GOVERNMENT DUTRA (1946-1950)

EL TRABAJO COMO SIGNO DE HOMBRÍA Y BASE PARA
LA CONSTRUCCIÓN DE LA MASCULINIDAD EN CAXIAS
SOB LA ÓPTICA DEL PERIÓDICO *CRUZEIRO* DURANTE EL
GOBIERNO DUTRA (1946-1950)

Jakson Santos Ribeiro¹

Maria Izabel Barbosa de Morais Oliveira²

Resumo: Pretendemos analisar os discursos produzidos pelo jornal *Cruzeiro* a respeito do trabalho como elemento definidor da masculinidade do homem caxiense, na cidade de Caxias (MA) durante a segunda metade da década de 1940. Buscaremos compreender esses discursos que visavam formatar, fabricar um padrão masculino, conforme o ideal de desenvolvimento desejado no Brasil durante o governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Analisaremos a questão da democracia social por meio da união entre o trabalho e o capital almejada pelos articulistas do jornal *Cruzeiro*. Analisaremos os discursos do jornal para tentar perceber o sentido de ser homem construído a partir de ideias como “o trabalho dignifica o homem”. Buscaremos compreender as estreitas relações entre os discursos dos articulistas do jornal *Cruzeiro* com os interesses do Estado e da Igreja Católica durante o governo do presidente Dutra. As fontes analisadas serão as edições do jornal *Cruzeiro* concebidas na segunda metade da década de 1940. Como referencial teórico-metodológico, seguiremos os caminhos trilhados por Foucault, Certeau e Bourdieu.

Palavras-chave: Governo Dutra; desenvolvimento; Caxias; trabalho; masculinidade

¹ Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: jakson.77@hotmail.com

² Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, MA, Brasil. E-mail: izabarboza@ig.com.br

Abstract: We intend to analyze the discourses produced by *Cruzeiro* newspaper about the work as a defining element of man's masculinity caxiense in the city of Caxias (MA) during the second half of the 1940s. We seek to understand these discourses aimed format, produce a male pattern, as the ideal desired development in Brazil during the government of Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). We will discuss the issue of social democracy through the union between labor and capital desired by newspaper columnists *Cruzeiro*. We will analyze the speeches of the newspaper to try to make sense of being a man built out of ideas as "work dignifies the man." Seek to understand the close relationship between the discourses of newspaper columnists *Cruzeiro* with the interests of the State and the Catholic Church during the administration of President Dutra. The sources will be analyzed editions of the newspaper designed *Cruzeiro* in the second half of the 1940s. As a theoretical and methodological follow the paths taken by Foucault, Certeau and Bourdieu.

Key words: Government Dutra; development; Caxias; work; masculinity

Resumen: Pretendemos analizar los discursos producidos por el periódico *Cruzeiro* a respeito del trabajo como elemento definidor de la masculinidad del hombre caxiense, en la ciudad de Caxias (MA) durante la segunda mitad de la década de 1940. Buscaremos comprender esos discursos que visaban formatear, fabricar un padrón masculino, conforme el ideal de desarrollo deseado en Brasil durante el gobierno de Eurico Gaspar Dutra (1946-1950). Analizaremos la cuestión de la democracia social por medio de la unión entre el trabajo y el capital anhelada por los articulistas del periódico *Cruzeiro*. Analizaremos los discursos del periódico para intentar percibir el sentido de ser hombre construido a partir de ideas como "el trabajo dignifica el hombre". Buscaremos comprender las estrechas relaciones entre los discursos de los articulistas del periódico *Cruzeiro* con los intereses del Estado y de la Iglesia Católica durante el gobierno del presidente Dutra. Los fuentes analizadas serán las ediciones del periódico *Cruzeiro* concebidas en la segunda mitad de la década de 1940. Como referencial teorico-metodológico, seguiremos los caminos marcados por Foucault, Certeau y Bourdieu.

Palabras clave: Gobierno Dutra; desarrollo; Caxias; trabajo; masculinidad

No Brasil, no período do governo Dutra (1946-1950), palavras como ordem, progresso e desenvolvimento estavam em alta, e para que elas pudessem ter um efeito positivo, e esse país desejado pudesse vivenciar na prática os sentidos que estas palavras denotavam, era necessário criar uma força de trabalho que arregimentasse as ideias como trabalho, progresso e desenvolvimento. Assim, lança-se sobre o homem um reforço de valores qualificadores, no sentido de percebê-lo como agente de transformação do espaço social para a concretização desses ideais no Brasil.

Nesse sentido, discursos e produções imagéticas que viabilizassem essa representação acerca do homem e o mundo do trabalho tornaram-se evidentes no Brasil já na primeira metade do século XX.

As construções em torno da figura masculina e da sua funcionalidade na sociedade não vêm se tornando preocupação apenas no campo da História. É notório, diante da vasta produção sobre o assunto, que muitos campos epistemológicos estão lançando seus olhares sobre o que se concebe como “função real” e “verdadeira” para a figura do homem, como também para a própria ideia de masculinidade.

Nesse aspecto, Pierre Bourdieu nos diz que o campo social é um campo privilegiado de observações e interessante para se buscar entendimentos, pois este campo é um espaço em que os seres humanos realizam uma série de construções dando forma e sentido ao mundo em que vivem. (BOURDIEU, 2004, p. 151).

As construções elaboradas pelas ciências sociais acerca da funcionalidade do homem e da sua masculinidade são urdidas a partir das relações que estes sujeitos estabelecem como “norma” dentro da cena social em que atuam. Assim, ainda sob o olhar de Bourdieu, as formas de percepção são construções que elaboram um sentido para a realidade e para os sujeitos como uma maneira encontrada para operar dentro do espaço social do qual este sujeito faz parte.

Para lançar mão destas proposições levantadas, a palavra masculinidade inicialmente constitui dentro do cenário social uma forma de estabelecer um sentido simbólico e diferenciador entre os sexos. Um aspecto que vem sendo questionado e discutido pelos artesãos de Clío, como também pelos sociólogos, antropólogos e psicólogos, entre outros campos de saberes.

No âmbito da História, quando se procurou criar abordagens sobre a condição social das mulheres na sociedade, e também quando se lançou um olhar acerca dos movimentos feministas e da própria mudança de comportamento da mulher, a questão da função social do homem incorporou dentro das produções um espaço de preocupação por parte dos historiadores.

Pode-se dizer que, ao problematizar a função social do homem na sociedade, a História e os demais campos epistemológicos tenderam a conceituá-lo como um indivíduo que não possui uma identidade única, fixa, em cada contexto a masculinidade ou as masculinidades são possibilidades existentes.

Como bem aponta Marilena Chauí, o campo ideológico deve ser uma máxima em que devemos direcionar nosso olhar. Pois é neste campo do imaginário que os sujeitos procuram dar o sentido a um conjunto coerente e sistemático de imagens ou representações tidas como capazes de significar o mundo em que eles estão inseridos. (CHAUÍ, 1993, p. 19).

As discussões realizadas pela História e outros campos de estudos das ciências sociais e humanas estão possibilitando reflexões sobre o conceito de masculinidade hegemônica, como também a respeito do próprio véu ideológico que cobre as representações em torno do homem e da sua funcionalidade social.

O trabalho como signo de hombridade e base para a construção da masculinidade em — Caxias na ótica do jornal Cruzeiro, durante o governo Dutra (1946-1950) —

Assim, para perceber como se processava a construção relacional entre homem e trabalho em Caxias, na segunda metade da década de 1940, lançamos o nosso olhar para o *Cruzeiro*³, o jornal religioso que circulava na cidade nesta época, para tentarmos capturar os sentidos de ser homem a partir dos valores criados em torno da figura masculina e as atividades relacionadas ao labor. Podemos dizer que realizamos um trabalho de arqueologia dos discursos, buscando perceber nas páginas do jornal como linguagens, textos e imagens denotam o trabalho como elemento definidor da masculinidade do homem caxiense. Como percebe Foucault,

A linguagem não se assemelha imediatamente às coisas que ela nomeia, não está por isso separada do mundo; continua, sob uma outra forma, a ser o lugar das revelações e a fazer do espaço onde a verdade, ao mesmo tempo, se manifesta e se enuncia. Certamente que não é mais a natureza na sua visibilidade de origem, mas também não é um instrumento misterioso, cujos poderes somente alguns privilegiados conheceriam. É antes a figura de um mundo via a se redimir, colocando-se, enfim, à escuta da verdadeira palavra. (FOUCAULT, 1999, p. 50).

O enfoque relacional da nossa abordagem procura refletir acerca da identidade masculina construída pelo periódico religioso. Mediante as leituras do jornal, percebemos que o ator representado nos discursos do *Cruzeiro* era submetido a vivenciar as implicações relacionadas à identidade do homem na constituição de um ideal.

A representação, ou melhor, a força da representação se apontaria pela ótica em que seu valor teria uma correspondência com o *corpus* discursivo e imagético sobre o real, como também pela lógica expressiva que esta representação teria em movimentar um véu legitimador de áurea de verossimilhança dentro do espaço social em que foi ou vem sendo instituída.

Em seus discursos, o *Cruzeiro* normatizava identidades, representações sobre como devia ser um homem, na medida em que este pudesse corresponder aos anseios de um espaço social, de um grupo social ativo e com expressiva representatividade no bojo das relações dos sujeitos, no caso a Igreja Católica caxiense.

Ecos de uma moralidade cristã na fonte sagrada: a nova ordem e os discursos em prol do trabalho e da nação

As questões debatidas por partidos políticos como PTB e outros em prol do trabalho e do trabalhador se tornaram intensas na segunda metade da década de 1940. Os discursos em prol de um Brasil mais democrático

³ O jornal *Cruzeiro* foi fundado por volta de 1931 em Caxias por padres e membros da elite local.

foram apresentados de forma a elencar nesse país momentos de reflexão, que fizeram com que se buscasse trilhar um caminho de mudanças nos aspectos políticos, econômicos e principalmente em relação ao trabalhador.

Mediante a essa questão, muitos espaços do Brasil não se isentaram de trazer à tona essas discussões sobre um Brasil democrático, e principalmente sobre as leis que vigoram em torno da vida do trabalhador, como também em torno da nação naquele momento.

Em Caxias, as discussões sobre as mudanças políticas ocorridas no país, que se apresentavam como propostas para que a nação trilhasse dias melhores também se fizeram presentes por meio de muitos agentes representativos de partidos como PTB, UDN e outros.

Nesse sentido, podemos perceber com mais expressividade essas abordagens através do periódico religioso, o jornal *Cruzeiro*, que evidenciava em suas páginas informativas ecos dessas discussões sobre o novo momento que estava emergindo no Brasil da segunda metade da década de 1940.

O foco desse momento de discussão é perceber como as ações políticas foram aplicadas para a mudança do cenário político, como as ações políticas foram constituídas acerca do mundo do trabalho. Procuramos voltar o nosso olhar apenas para os pontos em que o *Cruzeiro* percebia e pensava esse mundo do trabalho e o trabalhador, e como isso se configurou como um elemento definidor na prática cotidiana desse homem e o mundo do trabalho.

Diante disso, voltamos o nosso olhar para as páginas amareladas do *Cruzeiro* com o intuito de capturar essas discursividades apresentadas na cidade de Caxias sobre a questão da democracia para o país, e como essa ação de pensar esse país democrático foi um passo relevante para existir naquele momento processos de mudanças para a nação, o desenvolvimento e a melhoria do homem trabalhador.

É interessante como, ao trazer notícias sobre essa questão democrática, os discursos do *Cruzeiro* não procuravam se isentar de sentidos defensionistas em relação ao novo presidente do Brasil e todos os agentes que faziam parte da sua administração. É válido ressaltar que, segundo uma produção historiográfica de relevância sobre Eurico Gaspar Dutra, o seu governo é marcado por discursos de transformação e consolidação de uma nação mais democrática. O próprio *Cruzeiro*, abordando essa questão, traz a representação de Eurico Gaspar Dutra como agente de ação democrática.

Lembremos que, nos discursos oficiais, as questões pensadas sobre o trabalho e as garantias que os trabalhadores teriam eram advindas da própria ação de Getúlio Vargas, que, ao fim do seu primeiro governo (1930-1945), inicia medidas mais expressivas sobre a questão trabalhista, tomando atitudes significativas em prol do trabalhador, como as leis que regularizavam o homem no mundo do trabalho. Sabemos que Vargas, como um grande estrategista que era, tinha realizado tais leis apenas nos primeiros anos da

década de 1940 e final do seu mandato, em 1945, com o intuito de deixar o governo com uma imagem positiva no cenário nacional.

Assim, logo no início do governo Dutra, pensando sobre a nova situação que se apresentava no Brasil naquele momento, o jornal *Cruzeiro* afirmava em suas páginas que o país estava abarcando as chances de viver em áurea mais democrática direcionada para a prosperidade do país e o bem estar do seu povo, particularmente dando assistência aos trabalhadores. Nos dizeres do periódico, era necessário, naquele momento, que houvesse uma mudança na própria atitude dos homens enquanto agentes do cenário político para que o povo voltasse a ser feliz:

Precisamos mudar os nossos costumes políticos, educar-nos civicamente, abandonando aqueles processos da antiga politicagem que tanto mal tem feito ao Brasil, conduzindo ao poder homens que não souberam respeitar os direitos dos cidadãos, que não quiseram cuidar da Nação, oferecendo justiça aos perseguidos, dando real assistência aos operários do campo, colocando a honra e grandeza do Brasil acima dos interesses partidários. Para que Deus abençoe o nosso trabalho cotidiano e ilumine o caminho do futuro grandioso do nosso País, devemos ter à nossa frente a imagem da Pátria e guardar no coração sobretudo o amor pela prosperidade do Brasil e felicidade do seu povo. (CRUZEIRO, 18 de janeiro de 1947, p. 3).

E para isso o jornal envereda em sua análise, afirmando que os políticos deviam refletir sobre algumas questões para que a chamada democracia social e o bem estar da nação pudessem fincar no país naquele momento. Segundo o *Cruzeiro*, os políticos ambicionavam chegar aos cargos de poder pensando apenas em seus interesses individuais, sem levar em conta a prosperidade de sua pátria. Viviam fomentando intrigas, enquanto que poderiam se unir pelo bem de seu país e de seu povo, sendo este entendido pelo jornal como sendo os trabalhadores. Para o jornal, os políticos não tinham a menor preocupação com os trabalhadores brasileiros, que viviam sem assistência e na miséria:

Em tudo isso, se depreende que não existe na política nacional o nobre ideal da grandeza da pátria, da consciência do dever cívico e da honestidade administrativa, por que quase todos ambicionam vorazmente o poder, no intuito de adquirir proventos individuais, sem nenhum interesse pelo bem estar do povo brasileiro, que continua relegado ao último plano da degradação social do aniquilamento de suas economias obtidas no trabalho honesto das lavouras.

E enquanto a bacanal política deturpa todo conceito da elevada visão democrática do regime, arrojando-se a todas misérias morais, desprezando os compromissos honrosos e focalizando intrigas e desconfianças recíprocos, vai se abafando o clima da boa

harmonia, inoculando-se o vírus da desunião entre os filhos da mesma terra, entre os que, coesos nos mesmos ideais, trabalhariam melhor pelo progresso de seu município, pela felicidade do seu povo, que está desamparado de assistência social e econômica. (CRUZEIRO, 18 de janeiro de 1947, p. 3).

Seguindo essa prerrogativa, em uma de suas edições de 1946, no primeiro ano do governo Dutra, o *Cruzeiro* aponta que o foco deveria ser a democracia e que os homens públicos e agentes da ação social teriam que esquecer os interesses pessoais e pensar na coletividade, na nação brasileira. Pois a verdadeira democracia só aconteceria no Brasil mediante o esforço e cooperação de todos, da união do trabalho ao capital. E cabia aos governantes promover tal união, trazendo então a paz ao seu país por meio da prosperidade social, política e econômica:

Mirem-se nesse espelho os democratas

Na nova fase de democracia que se está processando com dificuldade nos meios políticos e sociais deste País, há muita falta de coerência e de critério no pensamento dos nossos homens públicos, porque ainda perdura na maioria dos seus espíritos uma elevada percentagem de egoísmo retrógrado, de ambição desmedida, visando a ganância de tudo querer para si e nada para os outros. É necessário modificar esse sistema de política judaica, em que predominam o ódio e a vingança, e adotar os princípios cristãos da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII, para conquistar a paz e a prosperidade do nosso mundo social e político.

A verdadeira democracia se firma no princípio de mútua cooperação de todos os valores humanos, da união equitativa do Capital e do Trabalho, auxiliando-se mutuamente, para formar uma força de grande atividade, produzindo com eficiência e obtendo os lucros compensadores as que se uniram no sentido de vencer os obstáculos na luta pelo ideal de sua associação integrada numa única finalidade – viver sob o domínio duma civilização mais cristã, baseada na Justiça, na paz e na colaboração de valores sociais mais humanos. (CRUZEIRO, 9 de novembro de 1946, p. 11).

O periódico religioso defende que a democracia é relevante e necessária ao país, à nação, e para que ela aconteça e se consolide no país, e para os homens trabalhadores que o compõem, se faz necessário nesse momento que os sujeitos alicerçados pelas leis que possibilitam a eles tornar possível esse país democrático deixem seus interesses e possam buscar defender os interesses de todos.

É perceptível que o jornal busca apresentar à sociedade caxiense reflexões de como o Brasil pode ser um país do progresso, do trabalho. Basta que os homens tenham em mente o espírito da coletividade, da ação mútua, pois estes seriam naquele contexto os alicerces para a concretização da nação

ideal. Nessa máxima, o *Cruzeiro* afirma que, para a realização dessa “nação ideal” democrática, era necessário que os homens tivessem consciência da sua ação no espaço público. Os alicerces da verdadeira democracia eram o entendimento entre os políticos e as relações amistosas entre patrões e empregados:

Não concorramos para vitória dos postulados do ateísmo diabólico que visa destruir os nobres sentimentos de humanidade, os preceitos da caridade, para que os homens se transformem em feras e se trucidem brutalmente, apagando na sua consciência todos os predicados de bondade e clemência.

A verdadeira democracia está baseada nos bons entendimentos políticos, nas harmoniosas relações sociais entre operários e patrões, cumprindo ambos os deveres no reajustamento da justiça e da liberdade dando-se soberania à Nação. (CRUZEIRO, 9 de novembro de 1946, p. 1).

Nessa altura, o jornal mostra que dentro dessa política pensada para o país democrático, e para que a mesma viesse a se tornar uma realidade, os políticos e partidos políticos deveriam constituir uma aliança capaz de movimentar no mesmo rumo os interesses de todos e para todos.

É certo que o *Cruzeiro* nesse aspecto torna-se um pouco utópico na idealização dessa realidade de união entre patrões e empregados para a prosperidade da nação. O jornal constrói a ideia de nação por meio da existência de um elemento que lhe dá coesão, a prosperidade. Esta é apresentada pelo periódico religioso como sendo almejada por todos. Sabemos que os patrões visam obter cada vez maior lucro em cima do trabalhador. Este visa melhorias em suas condições de trabalho. Ao proporcionar ao seu empregado tais melhorias, o patrão estará diminuindo a sua margem de lucro sobre o trabalho dele. Assim, a luta entre essas duas classes sociais é inevitável, já que ambas têm interesses antagônicos. A pretensa harmonia desejada e pregada pelo *Cruzeiro* entre os donos do capital e os possuidores da força de trabalho seria mesmo possível?

“O trabalho dignifica o homem”: o homem e o mundo do trabalho

Considero as plantas, os pássaros, as formigas, as aranhas, as abelhas: todos desempenham sua função própria e contribuem para a harmonia do mundo. E eu, me recuso a executar a missão de um homem? Não corro a fazer aquilo que a minha própria natureza reclama... **Marco Aurélio**

O trecho acima reflete sobre um elemento muito forte na definição da masculinidade no Brasil do século XX, onde os ideais de ordem, progresso, avanço estavam em alta em todos os âmbitos da sociedade como a Igreja e o Estado, que eram estruturas de poder que faziam ecoar esses discursos. Nos discursos dos defensores dessas instituições, era necessário que houvesse homens imbuídos desse ideal, ou seja, para alcançar esses objetivos os homens e o mundo do trabalho deveriam manter um vínculo de alma e corpo.

Dentro do recorte temporal do qual estamos fazendo análise, segunda metade da década de 1940, buscamos entender a própria questão da masculinidade do homem caxiense, nas relações discursivas do jornal de cunho religioso da cidade de Caxias, que, por sua vez, se torna naquele contexto um dos propagadores dessa máxima, homem e trabalho. Além dessa questão, os discursos reforçam que o ponto crucial para a definição da masculinidade era o trabalho. Nesse bojo de considerações, os discursos ecoados pelo *Cruzeiro* vão reproduzir máximas como esta: “o trabalho dignifica o homem”.

Notamos como a sociedade caxiense vai procurar legitimar a própria ideia do que é ser homem naquele momento a partir deste prisma. É sempre possível perceber nos jornais caxienses produzidos e veiculados na década de 1940 discursos que qualificavam os homens que logo cedo almejavam conquistar um trabalho ou mesmo para aqueles que já tinham uma atividade laboral.

Diante desse elemento qualificador da masculinidade do homem em Caxias nessa época, notamos, durante o processo de análise das edições do jornal *Cruzeiro*, que o mesmo exaltava sempre em seus discursos exemplos de homens que desde cedo estavam imbuídos de conquistar um trabalho.

Essa busca incessante do homem em conquistar um trabalho, apresentada pelo *Cruzeiro*, está inserida no forte discurso de país progressista que se tinha no momento. Desse modo, pode-se relacionar esta alta valorização do trabalho na vida do homem com os discursos produzidos já durante o governo de Getúlio Vargas, como também com os ideais de progresso, projetados para o país. A máxima era “o homem forte, disciplinado e trabalhador”, uma relação bem próxima com os dizeres estampados na bandeira nacional, “ordem” e “progresso”. Analisando o discurso defendido pelos articulistas do governo Vargas durante o Estado Novo, que relacionava o trabalho ao desenvolvimento que se almejava ao país, salientam Ângela de Casto Gomes, “Toda moderna concepção econômica, política e social deverá ter por base a ideia-fato: trabalho. E todo programa voltado para o mundo novo a construir será nesta fórmula: defesa, representação e dignificação do trabalho”. (GOMES, 1982, p. 155).

Sob este prisma, podemos perceber, nas edições do *Cruzeiro* que circulavam no século XX em Caxias, a ênfase em suas páginas com notas mostrando exemplos de homens caxienses que serviam de modelo para os

demais pela sua forte dedicação às atividades relacionadas ao labor. Por meio desses inúmeros exemplos, o *Cruzeiro* buscava mostrar que na cidade de Caxias existiam homens que estavam de acordo em contribuir com o progresso da cidade, como também do país.

Mas, além das questões relacionadas aos ideais de progresso que eram expressivamente ecoados pela Igreja Católica, o Estado, a imprensa e o próprio rádio, veículo de comunicação que já estava em alta em todo o Brasil, o trabalho era uma forma de reafirmar as diferenças entre os sexos, pois definia as funções do homem, como também da mulher. Para Elizabeth Badinter, essas questões vigoradas no contexto só reforçam uma marca deixada pela afirmação da industrialização ainda no século XIX, como um ponto de fundamental relevância na construção do progresso econômico. Nesse ponto, a autora ressalta:

No século XVIII, marido e mulher trabalhavam lado a lado na terra, no mercado ou no comércio, ajudados pelos filhos; cinquenta anos depois o mundo se divide em duas esferas heterogêneas que não se comunicam mais: a esfera privada do lar, regida pela mãe, e a esfera pública e profissional, reino exclusivo dos homens. De um lado, a mulher mãe e dona de casa; do outro, o homem trabalhador e provedor. Segundo votos de J.-J. Rousseau, a ela cabe encarnar a lei moral e a afetividade; a ele, a lei política e econômica. (BADINTER, 1985, p. 88).

Assim, tanto para os homens em fase adulta como aos jovens rapazes, o trabalho era uma forma de ressaltar as características de liberdade e independência, tanto exaltadas na construção dos aspectos correspondentes à figura masculina na sociedade. Nesse sentido, começar a trabalhar significava passar a ser homem, a “tornar-se homem”, “ser homem”, possuir sua masculinidade reconhecida pela sociedade caxiense.

Nesse caso, podemos assinalar que o trabalho e a força desenvolvida para executá-lo perpassam nesse contexto como um elemento metafórico que conserva e naturaliza o homem no espaço público como também se torna um aspecto de reafirmação da identidade do homem, no caso, o homem caxiense.

As décadas de 1940 e 1950 marcam um período em que as mudanças em torno da identidade masculina se tornam mais perceptíveis, quando nos referimos às percepções sociais em torno da figura masculina. Deparamo-nos, portanto com um modelo de homem que se projetava na cena social, com novos valores simbólicos, mas que mantinha uma hegemonia atuante muito mais efetiva no espaço público, principalmente em relação ao trabalho.

O trabalho torna-se esse qualificador dos homens, ou seja, ser homem não estava relacionado mais diretamente às qualidades rústicas. Sua

identidade foi sendo configurada em outro campo de subjetivações. Agora, o homem que detém na prática o sentido do substantivo “trabalho”, passa a ser visto no imaginário social em outras perspectivas. Ser homem é ser trabalhador, o que foi se tornando o alicerce de significabilidade para a qualificação da masculinidade de homem. Desse ponto, percebemos que ação discursiva valoriza-se. Para Matos,

O homem, por sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso, força e iniciativa, e vinculavam-se os atributos da virilidade ao trabalho, que deveria desempenhar uma função central na vida do homem, fazendo-o sentir reconhecido e aceito socialmente. O trabalho cumpria também a função de nomear o mundo subjetivo do homem, fazendo-o por meio de uma tentativa de eliminar o que nele havia de duvidoso, impreciso e distante. (MATOS, 2001, p. 42).

Desse modo, o jornal *Cruzeiro* defende que “a boa ciência prática da vida consiste em tirar de tudo o melhor partido. O trabalho, lançado como pena à creatura, transforma-se, para os que querem vencer, em escada para se escalar a vitória”. (CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

Para o *Cruzeiro*, todo trabalho tem um fim, busca corresponder ao esforço, seja ele intelectual ou físico. Desse modo, o periódico religioso afirma que em quaisquer atividades que envolvam o labor aos homens caxienses, sejam eles operários, empresários ou donos da têxtil, elas já resultarão em um bem estar para estes indivíduos e para a sociedade caxiense.

Sob este prisma, Albornoz nos fala que, para esse cristianismo, a divisão do trabalho e a diferenciação dos homens em camadas e profissões estabelecidas através do processo histórico parecem ser resultado da vontade divina. O caráter providencial da divisão do trabalho se conhece por seus resultados. Tal concepção tem muita semelhança com a conhecida apologia da divisão do trabalho feita por Adam Smith, economista inglês contemporâneo da primeira Revolução Industrial. (Cf. ALBORNOZ, 2008, p. 55). Nesta linha de pensamento, o *Cruzeiro* ressalta,

Todo o trabalho, ainda o mais e o de menor realce, desempenhado com critério, e probidade, dá mérito, constrói a confiança, santifica o caráter.

Tanto é nobre o continuo de palácio, cumprindo honestamente os seus deveres, quanto o próprio chefe do Estado. O soldado honrado, obediente, integrado em seu trabalho, não é menos merecedor de respeito que o general.

Todos são iguais perante o trabalho. Não há trabalho deprimente, a menos que seja efetivado em contrario às leis da moral.

O que repele o trabalho, porque de aparência humilde, sentido-se, então, diminuído por exercê-lo, expressa incompreensão absoluta de sua valiosa eficácia desvalorizando, entretanto, a individualida-

de, pela dúvida, que desperta o seu destino.

O trabalho, quer o imponente, quer o destituído de brilho, mas orientado pela virtude, só proporciona vida digna e feliz. (CRUZEIRO, 9 de novembro de 1946, p. 3).

Por isso que o periódico religioso apresentava que pode parecer uma pena, um castigo, mas tudo isso tem um motivo, o homem terá uma alegria, pois os resultados serão sempre em benefício desses homens que desempenham horas do seu dia-a-dia para aquela atividade, para aquele labor: “A pena que Deus impoz a Adão – o trabalho – traz toda a infinita bondade do Creador. É muito sábio quem dá tal pena. Por que não há nada mais apropriado para tornar interessante a vida, não há nada que dê tanta alegria de viver”. (CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

O trabalho é nesse caso um elemento em que se mesclam dor e prazer. Dor por que o homem que trabalha pode sofrer horas por estar envolvido em uma atividade pesada e cansativa. Mas o jornal lembra que todo esse sacrifício será recompensado, quando, no final do mês ou da semana, esse homem trabalhador ganhará o seu salário. Para o periódico, esta era uma recompensa gratificante para o homem caxiense. A este respeito, observa Suzana Albornoz,

O trabalho do homem aparece cada vez mais nítido quanto mais clara for a intenção e a direção do seu esforço. Trabalho, nesse sentido, possui o significado ativo de um esforço afirmado e desejado, para a realizar-se, a obra e também o seu resultado: a construção enquanto processo e ação, e o edifício pronto. (ALBORNOZ, 2008, p. 11).

Cruzeiro defendia que não haveria lição maior de amor de Deus para com os seus filhos caxienses, como também para com os restantes dos homens brasileiros, pois eles seriam saciados e agraciados por benesses diante das atividades desempenhadas. O periódico religioso frisa: “Diríamos mesmo que Creador do Universo impondo à humanidade de tal provação lhe concedeu a mais sábia lição de economia; o meio mais eficaz de prolongar a vida e torná-la mais alegre e útil no convívio social”. (CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

Para Nolasco, “A prosperidade do sistema capitalista depende da manutenção dos valores e do modelo de comportamento dos homens e que o trabalho seguisse padrões semelhantes ao de uma doutrina religiosa, com dogmas, verdades e formas semelhantes de controle e repressão”. (NOLASCO, 1993, p. 54).

O periódico religioso afirmava que existia uma lei divina que fora imposta ao primeiro homem, como forma de dar a ele a dignidade e a ombridade pelo seu criador, e caberia ao homem aceitar esta grande lição, como

um sacerdócio no seu dia a dia. Ao apresentar uma explicação sobre o ato de trabalhar, o jornal lança mão de uma justificativa plausível para que os homens caxienses aceitem o seu destino de trabalhadores. Nesse caso, percebemos que o *Cruzeiro*, por ocupar o *status* de “boa imprensa”, comporta-se com o intuito de orientar os filhos caxienses de Deus sobre o destino deles na terra. De acordo com o jornal,

E o primeiro homem recebendo a ordem do Criador: “Trabalharás, comendo o pão com o suor do teu rosto”, transmitiu-a consecutivamente a todos os homens até a comunicação dos tempos. A lei divina do trabalho, imposta ao primeiro homem e à toda sua descendência, não foi um castigo, pois ele ainda não havia pecado. Tempos depois, quando os nossos primeiros pais pecaram, Deus expulsando-os do Paraíso, disse-lhes: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Não fôra esta ordem uma condenação divina, porque, antes do pecado original, Deus já havia ordenado: “Cultivaras os jardins do Edem”
“Comerás o pão com o suor”. Não encerra esta ordem divina uma sentença condenatória, mas significa que o trabalho, daí por diante, seria para nossos primeiros pais: árduo, penoso e difícil. (CRUZEIRO, 1 de maio de 1946, p. 1).

O *Cruzeiro*, nessa perspectiva, tenta mostrar que, apesar de muitos afirmarem que o trabalho é penoso, e em muitos casos desumano, devido às condições em que eram submetidos muitos homens caxienses, eles tinham a liberdade para desempenhar o seu trabalho. E quando não tivessem mais satisfeitos com as atividades desenvolvidas, os homens poderiam procurar outras, e assim a felicidade poderia voltar a estampar em seu rosto.

Desde as primeiras décadas do século XX, principalmente, a representação da masculinidade foi sendo atrelada à ideia do homem que trabalha, de sujeito honesto, comprometido com a sua família. O homem deveria com urgência manter um vínculo empregatício, para que a masculinidade se processasse nele como uma prática. De acordo com Nolasco,

O trabalho cumpre a função de nomear o mundo subjetivo dos homens, e o faz por meio de uma tentativa de eliminar o que nele há de duvidoso, impreciso e disforme. A postura adotada pelos homens para interagir com o trabalho se assenta no esforço para suprimir o que em ambos há de subjetivo. Esta postura, pautada por uma dissociação entre as duas dimensões, gera nos homens sua tensão interna, que é reforçada por outra proveniente da forma como se relacionam com o que fazem. (NOLASCO, 1993, p. 58).

Ângela de Castro Gomes salienta que, segundo o imaginário social brasileiro, o trabalho era

O meio por excelência de superação dos graves problemas sócio-econômicos do país – cujas causas mais profundas radicavam-se no abandono da população – seria justamente o de assegurar a esta população uma forma digna de vida, o que significava, em última instância, conduzi-la ao trabalho. Promover o homem brasileiro e defender o progresso e a paz do país eram objetivos que se unificavam em uma mesma e grande meta: transformar o homem em cidadão/trabalhador, responsável por sua riqueza individual e também pela riqueza do conjunto da nação. (GOMES, 1982, p. 152).

Nesse processo, o trabalho aparecia como fonte básica de autorrealização. Um espaço de criatividade e prazer, veículo de crescimento pessoal, mas também como função de nomear o mundo subjetivo dos homens, valorizando-os por sua capacidade de ação, praticidade e objetividade, sucesso e iniciativa, modelando-o com as expressões daquele que tem em si atributos de poder viril como também do efeito positivo dessa ação no espaço social. (MATOS, 2001, p. 51).

Pensando assim, o *Cruzeiro* afirmava que havia um sentido muito lógico do homem com o mundo do trabalho. O jornal defendia que era com o trabalho que o aspecto positivo da masculinidade desse homem seria reconhecido pela sociedade caxiense. O trabalho também seria uma forma para que o homem caxiense no seu dia-a-dia não sentisse a solidão e não fosse invadido pelo espírito do preguiçoso, do vagabundo. Pois, além de ocasionar um mal social para a cidade, esse homem também seria alvo das punições vindas do céu se buscasse no seu cotidiano a vagabundagem e a vadiagem.

Em seus discursos, o *Cruzeiro* lembrava aos fiéis caxienses que as horas destinadas ao trabalho seriam gratificadas futuramente. E esse homem só teria benefícios. Bastava que ele confiasse principalmente no exercício daquele trabalho. Conforme o *Cruzeiro*,

São horas da labuta,
as horas em que se luta
as mais ligeiras e curtas.
Sim ao trabalho te furtas,
o tempo lento se arrasta:
não há ocupação que basta
para te ocupar a vida,
por que tristonha seria sem a lida...
(CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

Nesse aspecto, a masculinidade tendo como prisma valorativo o homem que trabalha, os discursos tanto da Igreja como do Estado na época buscavam constituir representações que ressaltassem a identidade masculina. Nesse ponto, podemos lembrar o grande valor que fora dado à questão do trabalho e ao homem no período do Estado Novo. O valor do trabalho era

uma máxima que Vargas mantinha intensamente durante o seu governo e que o jornal *Cruzeiro* também apresentava em suas páginas. E que também foi mantida em governos posteriores a Getúlio, como foi o caso de Dutra, que também continuou com essa prerrogativa em defesa do trabalho.

Mas o periódico religioso não lançava suas representações sobre o homem e o mundo do trabalho de forma inocentemente, apenas por que concordava com a máxima do Estado de que o trabalho e o homem gestavam o progresso, que o trabalho “dignifica o homem”. Percebendo as novidades da cidade, as novas concepções e comportamentos que estavam emergindo tanto no cenário nacional como em Caxias, o *Cruzeiro* também defendia, nas suas linhas discursivas, que o homem caxiense deveria manter a sua vida arraigada nos princípios da boa moral, como também na vida religiosa.

Assim, o periódico religioso projetava para Caxias em suas páginas uma representação de homem subjetivado através dos seus discursos, mas com uma imagem de homem mais ligada ao lado religioso. Mesmo assim não deixava de engrandecer o homem, na questão da sua força, do trabalho e do zelo pela família.

Na perspectiva do *Cruzeiro*, os homens caxienses deviam corporificar em suas práticas cotidianas a ideia de uma “masculinidade santa”, onde o que vai valer é a representação de um sujeito de boa índole, provedor de bons exemplos e, mais importante, trabalhador e honesto.

Como pregava o periódico religioso, depois de um longo dia de trabalho, o homem poderia voltar para sua casa e sentir que estava seguindo a vida conforme os desígnios das “Sagradas Escrituras”, como também ter a segurança na sua consciência de dever cumprido para o seu bem estar como ao da nação. Sobre essa questão, o jornal aponta:

É depois das grandes arrancadas do trabalho que os julgamos mais elevados e dignos, fortes e confiantes em nós mesmos
A satisfação do dever cumprido, do trabalho realizado, com zelo e honestidade, enche as horas de descanso de suave encanto pelas cousas da vida.
Se não há nada mais desagradável e degradante do que “a ressaca” – o tédio que sucede à pândega, também não há nada mais apreciável e confortante do que depois de um dia bem vivido, bem cheio de trabalho edificante e produtivo.
O trabalho é condição indispensável da vida. (CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

Na esteira dos discursos do *Cruzeiro*, a mecânica funcionava em valorizar a ideia do homem trabalhador, e, por sua vez, manter um sujeito normatizado conforme as prerrogativas de progresso que o Estado pregava naquele momento; como também trazer o homem para mais perto da vida religiosa. Seguindo essa prerrogativa, o jornal apregoava que a felicidade

que o homem caxiense almejava como também o fortalecimento da sua moral na sociedade caxiense estariam no trabalho e na religião.

Nesse aspecto, para justificar o trabalho e sua positividade, o periódico religioso buscava suas explicações baseado na própria história da Igreja, e dos representantes dela que falaram sobre o trabalho e seu significado para o homem. No caso específico, o *Cruzeiro* traz uma passagem em que Tomás de Aquino ressalta o valor do trabalho:

Santo Tomas de Aquino escreveu que ‘a essência divina do trabalho é um cumprimento da vontade do Creador’. E acrescenta: ‘Todos os poderes corporais e espirituais foram dados ao homem por Deus, para que se transforme em ato pelo trabalho’.

Por que trabalhar é viver e sem trabalho a vida é semelhante à morte. Viver em ato é agir e tornar-se, portanto, um reflexo da atividade absoluta de Deus, causa primeira da excelência do Universo. (CRUZEIRO, 1 de maio de 1946, p. 1).

Então, era factível que o periódico religioso ratificasse a utilidade do trabalho na vida do homem e da sociedade da qual ele pertencia. Desse modo, o jornal frisava: “O trabalho é condição quasi absoluta da felicidade e da vitória, quem não trabalha é inútil, e o inútil é um fracassado na luta da sua fortaleza física e moral; dos seus direitos sociais”. (CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

Como vemos acima, o *Cruzeiro* alerta que o homem que não trabalha não pode lutar por seus direitos sociais. Esta já era uma ideia defendida durante o governo Vargas. Ou seja, a cidadania estava estreitamente atrelada ao trabalho. Os homens que não trabalhavam não eram considerados cidadãos pelo Estado, portanto, não tinham direitos sociais. Referindo-se às práticas do governo Vargas em relação aos trabalhadores, Ângela de Castro Gomes observa,

Ser cidadão – integrar o mundo definido como da política – era pertencer a uma totalidade econômica (trabalhar = produzir riquezas); jurídica (possuir a carteira de trabalho) e moral (compreender o trabalho como um dever/direito). Cidadania era pertencimento, neste aspecto a noção de religião civil de Rousseau, que presta-se admiravelmente bem à reflexão. O Presidente/Estado não era o temível soberano de Hobbes, mas muito mais o povo estabelecera o contrato, não submetia ninguém e a todos abarcava completamente. O povo revela à autoridade suas necessidades, seu destino, e esta, por sua virtude e sensibilidade, captava e executava este sinal que existia implicitamente. Nesta dinâmica, o povo era o princípio e o resultado da ação do legislador. Ou seja, o Estado brasileiro era produto tanto de uma vontade nacional inconsciente (o povo), quanto de uma vontade racional consciente (o legislador). (GOMES, 1994, p. 213).

Percebemos que tal discurso é assimilado pelo governo Dutra e ratificado pelo *Cruzeiro* na segunda metade da década de 1940.

Os homens que não trabalhavam eram vistos pelo *Cruzeiro* como sujeitos que deveriam se enquadrar aos padrões dos homens de bom caráter e trabalhadores. Logo no primeiro ano de governo Dutra, o *Cruzeiro* advertia que era por meio do trabalho que o homem demonstrava o seu amor à coletividade e à pátria:

Desconfie dos que não madrugam dizia “Rui Barbosa”. Mui judicioso é o conceito do grande Sábio. Os que não madrugam, não há dúvidas, revelam desamor ao trabalho, base da prosperidade e da dignificação do homem.

(...) os que não trabalham, os que não se dedicam, com carinho, e zelo à essa prodigiosa fonte de felicidade e de elevação moral, não são merecedores de admiração, nem confiança, com fervor, os que não se afeiçoam ao trabalho, transformando-o em verdadeiro sacerdócio, menosprezam o bem estar da coletividade, a grandeza da Pátria, a própria alegria de viver. (CRUZEIRO, 9 de novembro de 1946, p. 4).

Seguindo as premissas de Certeau (2009), percebemos que os discursos do periódico religioso se articulam “em cima do real”, ou seja, eles projetam elementos linguísticos que viabilizam uma normatização desses sujeitos através de um instrumento que já possui uma validade social, no caso o próprio jornal, pois o periódico é um elemento que já se materializa com crédito discursivo para falar sobre esse comportamento masculino, por que vê no real comportamentos de homens que não se enquadram aos preceitos estabelecidos pela Igreja e o Estado como formas corretas de ser, nesse caso específico, de ser homem.

E para ter uma melhor receptividade dos seus discursos pelos homens da cidade de Caxias, o jornal *Cruzeiro* utilizava como modelo a imagem de José, religioso que, na passagem bíblica, é um homem trabalhador, honesto, amava o seu trabalho e dedicava-se à família. Essa prática discursiva fazia alusão a um homem que possuía suas bases religiosas bem estruturadas, tanto na sua identidade masculina como de homem religioso, sobretudo amava o seu trabalho. Neste sentido, conforme reitera Ângela de Castro Gomes,

O ato de trabalhar precisa ser associado a significantes positivos que constituam substantivamente a superação das condições objetivas vividas no presente pelo trabalhador. A ascensão social, principalmente em sua dimensão geracional, aponta o futuro do homem como intrinsecamente ligado ao ‘trabalho honesto’, que deve ser definitivamente despido de seu conteúdo negativo. O trabalho é civilizador: O trabalho não é castigo nem uma desonra. Só o é para os que alienam o seu valor de colaboradores sociais e trabalham bestializados sob o império da máquina. (GOMES, 1982, p.155).

Seguindo essa premissa, o *Cruzeiro* afirmava que o homem deveria seguir o mesmo modelo de homem que José: amar o seu trabalho e sentir-se realizado em proteger a sua família, procurando proporcionar o bem estar da mesma.

O trabalho é o mais seguro e o mais produtivo dos capitais em movimento. Quem não trabalha não tem direito à vida desde que é um peso morto para a economia da terra. Devemos amar o trabalho, considerá-lo um dom precioso da vida e não uma pena degradante de morte. (CRUZEIRO, 5 de maio de 1949, p. 1).

Segundo o periódico, a identidade masculina atrelada a um modelo religioso garantia aos homens caxienses alguns benefícios: a efetivação da identidade como homem de forma positivada e também que os sujeitos não se desvinculassem do ideal do padrão construído pelo jornal. Nessa perspectiva, o *Cruzeiro* aconselhava que os homens caxienses olhassem para a vida de José e percebessem o valor das obras e da paixão que ele havia desempenhado por seu amor ao trabalho, à sua família como um pai exemplar e à religião. Por todas essas qualidades é que a Igreja Católica o exaltava, reconhecendo nele o “protetor da família cristã e patrono dos operários”. Nos próprios termos do jornal,

S. José é glorificado pela Igreja como protetor da família cristã e patrono dos operários, pois sua vida terrena foi um modelo edificante do pai de família exemplar, verdadeiramente zeloso dos seus deveres paternais. Ele foi esposo fidelíssimo da Santíssima Virgem e guarda vigilante da sagrada família de Nazaré. (CRUZEIRO, 16 de novembro de 1946, p. 1).

Nesse ponto, podemos acrescentar que o uso de um modelo masculino e religioso é apresentado pelo *Cruzeiro* ao cenário de Caxias como forma de normatizar a identidade do homem caxiense, viabilizando ao mesmo tempo a positividade da mesma. Além desta questão, o jornal afirmava que buscar espelhar-se na imagem de José era uma forma de manter esses homens com espírito nobre e humilde:

O humilde, pelo trabalho probo, pelas atitudes condignas, também dignifica a Pátria, também honra ao Criador. O que eleva o homem ao conceito superior proclamá-lo, não é poderio temível, nem riqueza fabulosa, nem esplendores de ambientes sociais. Mas as sãs virtudes que possui a conduta retilínea que revela o labor, honesto que prática. (CRUZEIRO, 21 de agosto de 1943, p. 3).

Em seus discursos, o *Cruzeiro* também não deixava de alertar os homens caxienses para que tomassem uma posição patriótica. Era evidente nos fios discursivos do periódico religioso a ideia de que estes homens deveriam ter um espírito patriótico para com o seu país. Como apontava o periódico religioso, não adiantava apenas seguir as premissas de bom e trabalhador. O homem, segundo o jornal, deveria pensar na nação em que era pertencente.

Nesse sentido, o homem caxiense deveria ter consciência de que seu esforço também iria contribuir para o crescimento da nação. O homem trabalhador teria a consciência tranquila em relação à sua contribuição para com a nação, pois ele estava exercendo seu papel como um bom cristão e cidadão. Assim, o periódico religioso considerava e alertava que se esse homem não cumprisse o seu dever como trabalhador ele não seria visto com bons olhos pela cidade, como também pela nação:

Quando o cidadão assume uma atitude da posição ou emprego que ocupa, ou do que ganharia em sua atividade ou em seu comércio, esse indivíduo trõe a sua pátria e a prostitue à sua convivência pessoal. O que assim o faz tem uma moralidade inferior. (CRUZEIRO, 1 de maio de 1948, p. 4).

O *Cruzeiro* considerava que não era uma tarefa fácil construir um exército de soldados em prol do trabalho, e que pensasse no bem estar do país, como também da boa moral cristã. Uma das maneiras de enfrentar esses problemas para formar estes homens seria, segundo o periódico religioso, através da instrução juntamente com a educação. Pois ambas traziam dentro das suas estruturas de formação princípios valorativos para auxiliar na formação desses homens acerca do desenvolvimento, da ordem e do progresso. De acordo com o jornal,

A instrução só por si não basta para formar o homem. É vasto o campo e poucos os operários empenhados decididamente na sua cultura no seu apostolado de arrancar o juízo.
A escola obriga a fechar cadeias! A instrução a formar cidadãos honestos e virtuosos! Isto é repetir erro de se pedir à ciência o que ela não pode dar. (CRUZEIRO, 1 de maio de 1948, p. 4).

Assim, segundo o *Cruzeiro*, era necessário investir na educação das pessoas, principalmente, na educação dos homens, pois eles poderiam se tornar mais sábios e conseqüentemente poderiam contribuir para o bem estar do país, da nação, além de imprimir ao Brasil a imagem de um país de homens sábios e instruídos, como também conscientes do dever cívico e patriótico.

Desse modo, o periódico alertava que a sociedade como um todo, e a de Caxias especialmente, deveria buscar corresponder aos objetivos cívicos

e morais relacionados ao mundo do trabalho e progresso, visto ser essa uma máxima tanto defendida por alguns representantes de instituições dominantes naquele contexto. Assim o periódico considerava:

Precisa-se no Brasil de homens

Nesta época de materialismo e anarquia espiritual, precisa-se no Brasil de homens nas seguintes condições:

Homens que não se vendam

Homens cujas palavras sejam garantia;

Homens que ponham seu caráter acima dos lucros excessivos;

Homens de opiniões sans e firmes;

Homens que prefiram a honra aos milhões mal ganhos;

Homens que sejam honrados no cumprimento dos seus deveres;

Homens que se sacrifiquem pelo bem do povo;

Homens de valor, que resistam as exigências indébitas;

Homens que sejam verdadeiros;

Homens pelas suas virtudes cívicas e morais, não se deixando levar pela enxurada de onda dos cretinos e desmemoriados.

(CRUZEIRO, 12 de janeiro de 1946, p. 5).

Aqui, percebemos que o *Cruzeiro* constrói e apresenta os tipos de homens que devem existir em uma sociedade perfeita. E como os homens que possuem tais características são relevantes para a regularidade da nação rumo ao desenvolvimento. Dentre esses modelos de homens, que deveriam existir em uma sociedade perfeita, apresentados pelo *Cruzeiro*, aparece a sua preocupação com algumas questões. Os homens deviam cumprir o seu dever de cidadão: os operários trabalhando e os patrões sendo justos para com eles, não buscando obter lucros demasiados sobre o seu trabalho, assim, ambos estariam pensando na coletividade e não em seus interesses individuais. Os homens trabalhadores não deviam se deixar influenciar por ideias comunistas defendidas fortemente na época. Aliás, o comunismo foi um tema extremamente combatido pelo *Cruzeiro*. Por meio desses modelos apregoados, o periódico tencionava promover uma sociedade perfeita. Os operários não se rebelariam contra patrões que fossem justos para com eles. E era justamente isso que o jornal buscava impedir. Os movimentos operários, as greves feitas por eles, prejudicavam a produção, portanto, o desenvolvimento do Brasil.

A honestidade era outra característica do homem muito latente nas páginas do *Cruzeiro*. Em sua concepção, era necessário que esse princípio fosse praticado, visto que, no momento, buscava-se a constituição da democracia no Brasil. A honestidade não deveria estar longe das características do homem brasileiro. E isso tanto para o operário, o lavrador, o empresário, o dono da fábrica ou mesmo o político que participava da vida política no país. Para o *Cruzeiro*, honesto era o homem que trabalhava. Já durante o primeiro governo de Vargas, o discurso oficial ressaltava que somente o ho-

mem honesto, trabalhador, receberia a proteção do Estado. Segundo Ângela de Castro Gomes,

O trabalhador, mesmo sendo pobre, era um homem honesto. Suas dificuldades e sua pobreza não deviam ser associadas às falhas morais, mas às condições estruturais do sistema econômico, que podiam ser vencidas. O trabalhador é um homem bom porque ganha a vida honestamente da venda de seu trabalho no mercado, merecendo, por esta razão, toda a proteção do Estado. (GOMES, in GOMES, OLIVEIRA, VELLOSO, 1982, p. 164).

Uma atitude também apontada pelo periódico religioso, que precisava fazer parte da vida do homem, era o compromisso com as atividades que havia firmado. Segundo o jornal *Cruzeiro*, se o homem não estivesse tão consciente na prática do princípio da honestidade, o país, a nação, a família, e a própria cidade que ele vivia estariam em uma situação bastante complicada, pois não iria adiantar ter um exército de homens se no meio de todos eles alguns não fossem comprometidos com o que estavam fazendo. Percebemos como o jornal intensifica suas proposições discursivas sobre essa característica da honestidade, devido ser ela um dos alicerces para o crescimento e desenvolvimento do país.

Referências

Fontes:

CRUZEIRO, Caxias, Maranhão, 5 de maio de 1949, nº 651.

_____. 1 de maio de 1946, nº 549.

_____. 1 de maio de 1948.

_____. 21 de agosto de 1943.

_____. 12 de janeiro de 1946, nº 535.

_____. 18 de janeiro de 1947, nº 577.

_____. 9 de novembro de 1946, nº 569.

_____. 16 de novembro de 1946, nº 651.

O trabalho como signo de hombridade e base para a construção da masculinidade em — Caxias na ótica do jornal Cruzeiro, durante o governo Dutra (1946-1950) —

Bibliografia

ALBORNOS, Suzana. **O que é trabalho?** São Paulo: Brasiliense, 2008.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano 2: morar, cozinhar.** 9ª Ed. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes, 2009.

CHAUI, Marilena de Sousa. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 6ª Ed. Vol. 2. São Paulo: Cortez, 1993.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas.** 8ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOMES, Ângela Maria Castro. A construção do novo homem: o trabalhador brasileiro. In: GOMES, Ângela Maria Castro; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta (org.). **Estado Novo: ideologia e poder.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. **A invenção do trabalhismo.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MATOS, Maria Izilda. **Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidade.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. Por uma história das sensibilidades: em foco – a masculinidade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 34, pp. 45-63, 2001, Editora da UFPR.

NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade.** Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Artigo recebido em 09-03-2013, revisado em 07-06-2013 e aceito para publicação em 23-02-2014.